

*revista de comunicação,
jornalismo e espaço público*

6

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

mediapolis

tema

personagens mediáticas:

teoria, problemas, análises

media characters:

theory, problems, analyses

Personagens inventadas:

*jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918)**

*Invented characters: journalism and fiction
in the First (mediatic) World War (1914-1918)*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_6_3

Resumo

O texto parte da perspetiva, já anteriormente estudada, de que a imprensa de massas em Portugal – que tem em 1865, com a fundação do *Diário de Notícias*, o seu ano zero e, a partir de 1881, com o jornal *O Século* a sua expansão imparável – transformou a I Grande Guerra, de 1914-1918, na primeira grande guerra mediática. À *apoteose da guerra* não faltou o recurso à ficção, no sentido literário – aquilo a que o jornalista Mário de Almeida então chamou a “literatura da guerra”, como um “campo baldio” pronto a “passa[r]-lhe a charrua por cima”, e que designo por *ficções de guerra*.

O corpus textual de que falo, publicado na revista *Ilustração Portuguesa* (pertencente ao império d’*O Século*), num conjunto que não perfeitamente quatro dezenas de textos, ocupou um arco cronológico que se estendeu, com decrescente regularidade, de 1 de fevereiro de 1915 a 28 de agosto de 1916. A iniciativa partiu, salvo um ou outro autor à procura de um lugar nas letras, de um campo jornalístico ainda de paredes meias com a escrita ficcional ou teatral – ou, como esperava o interlocutor de um conto de *Natal na guerra*: “Meta-lhe você um bocado de literatura e aí tem um assunto para um conto de Natal...”

Não tanto pelos temas, são as personagens que, pela sua resolução, pelo esforço, pelo sacrifício ou pela glória moralizadora, vão ao encontro do mercado das emoções criado pela propaganda mediática.

Palavras-chave: I Grande Guerra, *O Século*, *Ilustração Portuguesa*, jornalismo e literatura, ficção de guerra

Abstract

The article starts from the perspective, elsewhere studied, that the mass media in Portugal – which has its zero year in 1865, with the foundation of *Diário de Notícias*, and since 1881, with the appearance of the newspaper *O Século*, its unstoppable expansion – transformed the Great War of 1914-1918 into the first mediatic war. The apotheosis of the war did not lack the use of fiction, in the literary sense, what the young journalist Mário de Almeida then called a «literature of war» as a «vacant field» ready to «pass the plough above», and which I designate as *war fictions*.

From this fictional representation came a textual corpus, published in the magazine *Ilustração Portuguesa* (belonging to the mediatic empire of *O Século*), in a set that did not complete four dozen texts in

a chronological arc that extended, with decreasing regularity, from 1 February 1915 to August 28, 1916. Except for one or another author looking for a place in the literary field, the initiative came from a new and specific journalistic field in statement process, but still in half walls with the literary writings. These *war fictions* were intended to feed all the sensationalism of war, plus the emotion that the creation of characters could credibly lend to the climate of the conflict, that is to say a greater efficacy in staging the real, as was expected by the interlocutor in a story about a *Christmas in war*: “Give it some literature and there’s a subject for a Christmas tale ...” Not so much for the interest of the fictional themes or narrative strategies, are the characters who, even if stereotyped and sometimes ill-defined, meet the emotions market created by the mediatic propaganda, with his example of personal determination, effort, sacrifice or moralizing glory.

Keywords: I World War, *O Século*, *Ilustração Portuguesa*, journalism and literature, war fiction

* Este artigo é o esboço de um estudo introdutório para uma antologia de textos da guerra mediática em preparação; agradeço desde já à Dr^a Fátima Pais o tratamento das imagens aqui incluídas.

À Ana Teresa Peixinho, pela partilha de caminhos nos estudos sobre a emergência da imprensa moderna em Portugal

Não tanto pela sua importância ficcional, cuja análise propriamente literária ficará para alguém mais competente, antes pelo papel desempenhado na estratégia ideológica da imprensa da época, surgiu nas páginas da revista *Ilustração Portuguesa* um conjunto considerável de textos de ficção, em crónica e em conto, que tomaram a guerra por tema e criaram personagens episódicas à medida do impacto emocional em geral e subitamente construído pelo meio jornalístico em torno dos acontecimentos reais (Dias, 2016). Mais pelas personagens inventadas como suporte de um clima emotivo, a série de narrativas – circunscrita ao período inicial da I Grande Guerra, entre a imediata surpresa do deflagrar de um conflito de dimensão mundial e o espectro da participação portuguesa no inferno do palco europeu – não pode entender-se fora do contexto da história cultural em que emergiu a imprensa de massas e o jornalismo moderno no nosso país.

Não se trata, por isso, de um mero contexto, mas do cenário que conduziu os agentes mediáticos ao limite da ficção sobre o real.

A entrada de Portugal na era mediática

O ano zero da era mediática em Portugal pode considerar-se a partir da fundação do *Diário de Notícias*, em 1865, num processo de massificação da imprensa que se tornou decisivo com a criação do matutino *O Século*, em 1881, título de jornal que veio a constituir um verdadeiro (e o primeiro) império mediático no nosso país na viragem para o século XX (Dias, 2014a). As datas não representam simples marcos, estão antes bem contextualizadas no processo de emergência da “imprensa industrial” (Tengarrinha 1989, pp. 213 e ss.): a primeira situase no decurso de um salto qualitativo na presença das publicações periódicas no espaço público, descolando a década de 1860 das anteriores, quando a média anual de novos títulos, até então a um ritmo prolongado de pouco mais de 25 jornais e revistas por ano desde 1821, excedeu pela primeira

vez a meia centena e elevando-se a quase 65 títulos anuais no conjunto de duas décadas que vai até 1880 (quadro 1); a segunda data corresponde ao reforço da grande explosão da imprensa de massas que marcou o ímpeto da *civilização do impresso* nas duas últimas décadas de Oitocentos, durante as quais se registam mais de 50% dos títulos periódicos editados durante todo o século XIX, duplicando o ritmo de publicação sobre as duas décadas anteriores. Até ao fim do primeiro quartel do século seguinte, a apoteose do jornal e do magazine foi a marca dessa cultura urbana de massas, origem e matriz do processo de massificação cultural sob o signo de uma civilização do impresso.

Naturalmente, estes indicadores de crescimento resultaram da conjugação de dois principais fatores: antes de mais, um afluxo demográfico sem precedentes nas principais cidades, com aumento global de mais de 100% da sua população, entre 1864 e 1911, que chegou a atingir mais de 200% em cidades de fomento industrial; e, neste quadro, sobretudo com o crescimento de uma pequena burguesia

Quadro 1: Criação de jornais no séc. XIX
(por períodos)

Fonte: Rafael; Santos (1998-2002).

Período	Nº	Ø an.	%
< 1820	84	4,2	1,5
1821-1840	531	26,6	10,0
1841-1860	544	27,2	10,2
1861-1880	1.288	64,4	24,3
1881-1900	2.865	143,3	54,0
Total	5.312		

do terciário em expansão (Alves, 2012), um aumento do público leitor (ou potencialmente leitor) nos meios urbanos, sobretudo num eixo litoral a ocidente do território continental. Ao longo desse eixo, de Viana do Castelo a Setúbal¹, surgiu uma população urbana alfabetizada a franquear os 50% dos seus habitantes por volta de 1880 e, no termo da década de 1910, a mesma faixa de potenciais consumidores do objeto impresso atingia, no caso das cidades de Lisboa e do Porto de que existem dados, mais de 75% dos seus residentes (Dias, 2017, p. 9). Falando apenas da capital do país, as tiragens dessa imprensa em crescimento rondavam a proporção de um exemplar para 6 habitantes cerca de 1880, quando a população da capital tinha cerca de 300 mil habitantes; e, antes de 1910, atingiam uma relação de 1 para 4, com a população urbana na casa dos 400 mil residentes (Peixinho & Dias 2015, p.108).

Um império mediático e um “barão” da imprensa

Neste processo de desenvolvimento da imprensa de massas, o império d’*O Século* foi um agente fundamental do novo mercado cultural: mais do que um caso de estudo, foi o grande modelo de massas no nosso país durante várias décadas, desde que se tornou “o jornal de maior circulação”, segundo expressão que passou a acompanhar o cabeçalho do jornal a partir de 1895. *O Século* tinha então uma tiragem entre os 45 e os 55 mil exemplares diários (*Mala da Europa*, 1895 ag. 12: 2) e, ver-se-á adiante, estava em acelerada evolução no mercado até ao período da Grande Guerra, quando o *Diário de Notícias*, em crescimento mais lento, não atingia ainda naquela data os 30 mil exemplares (Miranda 2002, p. 128). O grande matutino deu então origem a uma Empresa do Jornal *O Século*, que em breve veio a criar uma constelação de magazines e suplementos vocacionados para franjas sociais e profissionais de um público diversificado (Dias, 2014a), mas também uma linha editorial de livros e objetos gráficos especialmente destinados aos leitores do jornal

(Gouveia; Dias 2017, pp. 30 e ss.). E, como convém a um verdadeiro império, *O Século* foi então dirigido pelo grande “patrão” da imprensa portuguesa da época (Abreu, 1927, pp. 71 e ss.), Silva Graça, cujo trajeto pessoal exemplifica a carreira de sucesso no novo mundo mediático e, em geral, simboliza um tipo de ascensão cultural e social: não obstante a falta de uma biografia que elucide com pormenor o seu percurso, alguns passos largos podem reconstituir a sua meteórica promoção no meio jornalístico.

José Joaquim da Silva Graça (1858-1931) nasceu em Pedrógão Grande, a norte do distrito de Leiria, no seio de uma modesta família de origem alentejana (Vidigueira, distrito de Beja). “Apesar de não ter estudos”, partiu para o mundo da grande capital ainda menor de idade, apenas “dispondo de muita inteligência e de muita vontade de aprender” (Pereira; Rodrigues, 1912, p. 926). Sem ter cursado “escolas nem academias”, fez certamente o percurso de *escolarização* reservado então aos indivíduos provenientes das camadas populares, como foi também o de José Eduardo Coelho (1835-1889), um dos fundadores e diretor

1 No sul do país, à semelhança do interior, este crescimento é mais lento e tardio, e compagina-se com a conclusão das ligações ferroviárias que só chegam a Faro à beira de 1890.

do *Diário de Notícias* que aprendeu a ler e a escrever com uma “mestra de rua”² e iniciou a vida profissional como operário tipógrafo, acumulando ele mesmo a atividade de “mestre de rua” para acrescentar ganhos os seus proventos (Pereira; Rodrigues, 1906, p. 1.065). O último quartel do século XIX permite recensear idênticas trajetórias de ascensão social nos meios populares e identificar nestes a formação de círculos de cultura popular, com atividade no campo editorial, jornalístico e dos espetáculos³, conduzindo uma elite operária até ao meios das Universidades Populares (Pintassilgo, 2011) ou franqueando

2 Não sendo questão de aclarar o assunto neste local, a designação de “mestra de rua”, sobretudo no feminino, é recorrente nas fontes da época, nomeadamente em biografias de figuras provenientes dos meios populares que acedem a uma escolarização paralela às escolas públicas ou privadas e muitos deles ascendem a uma elite urbana culta (p.e. Marques, 1935).

3 Já tive oportunidade de fazer uma abordagem a estes círculos populares na conferência a um seminário doutoral em Espanha, ainda por publicar: *La calle y la “masa semiletrada”: reconstitución de itinerarios populares en la transición del siglo XIX al XX*, in XIII Seminario Anual *De la Casa a la Calle: lugares, usos y apropiaciones de la cultura escrita (siglos XVI-XX)*. Universidad de Alcalá, 2016.

as esferas populares para os círculos de uma nova pequena burguesia urbana onde se formou um caudal de intelectuais proletários (Figueiredo, 2011, pp. 26 e ss.).

Com passagem breve pela cidade de Tomar, onde se empregou numa casa comercial, primeiro como aprendiz de caixeiro, Silva Graça aprofundou aí a formação autodidata que lhe permitiu iniciar-se em colaborações no jornal *Emancipação*, de feição republicana e fundado em 1879, escrevendo artigos ao lado de Teófilo Braga e outros democratas que aí colaboravam. Já em Lisboa, por volta de 1880, ainda empregado do comércio, estreitou ligações ao movimento republicano em plena reorganização, fazendo parte do Clube Henriques Nogueira liderado por Manuel de Arriaga (Ribeiro, 2011, pp. 33-35), ao mesmo tempo que colaborou na revista *Era Nova*, dirigida por Teófilo Braga, e no semanário *Vanguarda*, sob a direção de Teixeira Bastos. Com este tirocínio jornalístico e provada confiança política, Silva Graça foi finalmente convidado por Sebastião Magalhães Lima, um dos fundadores e diretor do jornal, a ingressar na redação de *O Século*

em 1881, tirava o jornal republicano 4 mil exemplares diários ao cabo de 6 meses de uma existência frágil, sem profissionalização nem estrutura organizada.

Mas Graça não passou apenas para a frente do trabalho redatorial de *O Século* e assumiu um amplo papel na gestão do jornal em todos os negócios que este envolvia: “à força de um constante trabalho, dirigindo e fiscalizando tudo, conseguiu num curto espaço aliviar a empresa de todos os seus compromissos” (*Mala da Europa*, nº sit.). Com o investimento súbito num parque gráfico moderno introduzido por sua iniciativa, *O Século* alcançou, em menos de uma década, tiragens médias entre 20 a 30 mil exemplares e, a partir de 1889, os rendimentos pessoais surpreendentemente realizados pelo novel redator, cujo percurso profissional de caixeiro a jornalista não fariam prever, permitiram-lhe adquirir sucessivamente a maioria das ações da empresa e elevar a fasquia de crescimento do jornal. Em 1896, com a saída de Magalhães Lima da direção do jornal, Graça assumiu esse cargo efetivo na empresa jornalística (*Branco e Negro*, 1897 jan. 10: 236)

Quadro 2: Tiragens médias comparadas dos dois maiores diários de Lisboa⁸

Jornal	1865	1875	1881	1889	1895	1908	1915	1918
<i>Diário Notícias</i> ⁴	8.000	24.000	26.000	26.000		30.000 ⁵		
<i>O Século</i>	-----	-----	4.000	25.000	50.000	85.000	150.000 ⁶	200.000 ⁷

com pleno e exclusivo controlo do “colosso da Rua Formosa” (Martins, 1934, p. 3).

A partir de então, Silva Graça, proprietário, administrador, diretor e redator de *O Século*, adquiriu “fama de irascibilidade e de atormentador [que] corria pelas redações como a de um ogre metido no seu fojo a devorar cérebros frescos.” E a esta acresceu a fama de “grande manejador da opinião pública”, ao mesmo tempo que “o árbitro, por vezes, da política”. Dez anos volvidos, no centro já de uma constelação de títulos periódicos na sua órbita (Dias, 2014a), *O Século* tirava uma média diária de 85 mil exemplares (*Ilustração Portuguesa*, 1908 jul. 13, p. 47) que podiam elevar-se, em dias de acontecimentos mediáticos extraordinários, a um número impressionante de 160 mil exemplares (Brandão, 1998, p. 142) que ultrapassavam largamente as tiragens dos maiores diários lisboetas (quadro 2).

A partir de então, Silva Graça, proprietário, administrador, diretor e redator de O Século, adquiriu “fama de irascibilidade e de atormentador [que] corria pelas redações como a de um ogre metido no seu fojo a devorar cérebros frescos.”

Silva Graça “impunha-se pela celebridade e pela presença” como grande barão da imprensa (fig. 1); mas também, mesmo discretamente, como magnata no mundo financeiro, com aplicação de avultados capitais, como foi o exemplo da companhia seguradora Lloyd Português onde figurou, à data da sua criação em 1902, na lista dos maiores acionistas, com 10 contos de réis num capital social de 500 contos (Cruz, 2014, p. II, 249); em 1914, no auge da sua vida à frente de *O Século*,

já números idênticos ao *Diário de Notícias* (Barros, 2014, I, p. 48).

6 Média ponderada sobre os dados anterior e posterior.

7 Embora sem dados diretos e absolutos, em 1918, sobretudo por força da política de informação sobre a guerra, *O Século*, que então considerava ser o “primeiro quotidiano da península [Ibérica] em tiragem e em expansão” que lhe dava o perfil “do jornal popular por excelência” (*Ilust. Port.*, 1918 ag. 26, p. 168), poderia contar já com uma média próxima dos 200 mil exemplares diários, já que *A Capital* (1 ag. 1818) comentava uma entrevista dada por Brito Camacho a *O Século*, passível de ter sido lida por 240 mil leitores (informação que agradeço ao Dr. Luís Sá da Biblioteca Nacional de Portugal). Nessa altura, este diário contava já com agências em vilas da periferia de Lisboa (Almada e Amadora), além dos Açores e na Madeira, e sucursais espalhadas por várias cidades do país.

8 Fontes e bibliografia referidos no texto e notas.

4 Para o *Diário de Notícias*, ver sobretudo Miranda, 2002.

5 Por volta deste ano, um diário republicano como *O Mundo*, fundado em 1900, tirava

Fig. 1 | Retrato de Silva Graça, c. 1895,
A. desc. (grav. Pastor)



o capital acionista da Sociedade Nacional de Tipografia, gestora da empresa jornalística, então fixado em 360 contos de réis, era hegemonizado pela parte de J. J. da Silva Graça, no valor de 250 contos⁹.

Um magazine de sensação: a “Ilustração Portuguesa”

Em 1904, Silva Graça consagrava simbolicamente a sua considerável fortuna com a construção de uma faustosa mansão, envolvida num jardim e para a qual adquiriu um terreno na confluência das avenidas Fontes Pereira de Melo e António Maria de Avelar (depois Av. 5 de Outubro), ruas Tomás Ribeiro e Latino Coelho¹⁰. Já depois de concluído o que, à época, foi um dos mais famosos edifícios apalaçados da capital (Figueiredo, 1908), tomou ainda pessoalmente, em 1908, um terreno próximo, no cruzamento, então em

processo de urbanização, das avenidas António Maria de Avelar e José Luciano (hoje Av. Elias Garcia), destinado à construção de um “chalet” especialmente construído para atribuição de um prémio em concurso destinado aos leitores de *O Século*¹¹. Nos quatro anos que mediaram ambas as transações, o diário lisboeta tinha lançado e rapidamente firmou uma das grandes criações editoriais da sua constelação de títulos periódicos, a revista *Ilustração Portuguesa*, cuja redação mobilizou, para além de figuras consagradas ou experientes, alguns dos nomes que viriam a marcar as duas ou três décadas seguintes como escritores, jornalistas, fotógrafos e ilustradores; ao cabo desse quadriénio, este *magazine* contava cerca de uma centena de indivíduos ao seu serviço e um parque gráfico autónomo que respondeu com tiragens que passaram de pouco mais de 6 mil no ano de fundação para quase 25 mil exemplares semanais em menos de cinco anos (*Ilust. Portug.*, 1908, jul. 13: 48).

O império d’*O Século*, no seu conjunto (muito particularmente a *Ilustração Portuguesa*, que aqui importa destacar), contribuiu como nenhum outro jornal ou grupo jornalístico para o crescimento e a afirmação da profissão de jornalista e da autonomia do género jornalístico, procedendo dos princípios e práticas de profissionalização e de especialização jornalística seguidos pela direção desse grupo mediático, do crescimento de efetivos nas redações como da generalização de correspondentes, mas também do aumento de volume no noticiário, da diversidade de interesses dos leitores e da dinâmica social, económica e política da sociedade de massas e da sua interação globalizadora. Não foi por acaso que, numa aposta de antecipação, *O Século* estabeleceu, primeiro que qualquer outro periódico português, uma agência no estrangeiro, naturalmente na Cidade Luz, “instalada na Rue des Capoucines (...), a dois passos da Place Vendôme, a alguns minutos da Opera, no bairro de maior movimento de Paris” (fig. 2) e tendo como diretor o jornalista Paulo Osório (*Ilust. Portug.*, 1913 nov. 3: 567) que foi também, durante o período da

9 Livro de atas da administração. Lisboa, ANTT, EPJS/cx. 6860, fls. 7-8.

10 Escritura de venda de terreno em 16 maio 1904. Lisboa, AMLSB/CMLSB/BAH/FNAJ/001/00069/028, Escrit., 48, fl. 129 v°); hoje inexistente, o “palácio” Silva Graça situava-se no espaço ocupado pelo Hotel Sheraton e Centro Comercial Imaviz.

11 Escritura de venda de terreno em 20 jan. 1908. Lisboa, AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/08248, Escrit., 61, fl. 67 v°).

Fig. 2 | Agência de *O Século* em Paris, 1913, fot. p&b, A. desc.



guerra, adido de imprensa da embaixada portuguesa em Paris representada por João Chagas¹².

À beira da I Grande Guerra, a *Ilustração Portuguesa* era um magazine eclético, tanto do ponto de vista jornalístico como literário, mercê do concurso de colaborações variadas e variada reportagem: para além de uns quantos repórteres ao serviço de *O Século* que aí também colaboravam, figuraram redatores de pequenas notícias em áreas especializadas, correspondentes, fotógrafos e ilustradores, passou a contar com um conjunto diversificado de escritores, tanto poetas como novelistas, muitas vezes estreantes ou figuras que ficaram menos conhecidas na posteridade. No campo literário, a *Ilustração Portuguesa* acolheu, ao invés do folhetim típico das publicações diárias, alguns poemas e, particularmente, crónicas e

contos bem enquadrados nos cânones estéticos da época, com predomínio para os ambientes rurais, os temas amorosos, alguma literatura policiária, raras crónicas citadinas... Porém, ao deflagrar o conflito mundial – que obrigou o nosso país ao envio imediato de contingentes militares para as colónias e, mais tarde, a mobilizar um Corpo Expedicionário para a frente europeia – a revista alterou o figurino até então seguido, aproximando-se da atualização temática também produzida nos grandes jornais de informação.

Da realidade da guerra à guerra na ficção

O grupo de *O Século*, servido pela sua agência no coração do conflito e daí diferindo grande parte do noticiário recolhido das grandes agências da época – num esquema de cega reprodução mediática que levou Basílio Teles a verberar contra os “generais das redações” (Teles, 1914, p. 30) –, contou ainda com um conjunto de correspondentes à distância para uma cobertura genérica do conflito militar em várias frentes, na qualidade de “enviados especiais”, como eram designados L. Macedo em

Londres, Acácio Duarte em Genebra, Emídio Garcia em Roma e Lapas de Gusmão em Angola e Moçambique¹³. Além do mais, ocupava a retaguarda redatorial um núcleo de repórteres para as pequenas notícias que atavam os fios, grande parte das vezes sem rigor nem preocupações de confirmação, da avalanche informativa com que se produzia um noticiário de sensação e atualizado. No esteio do poder de persuasão manejado pela imprensa de massas desde o seu começo, com “as redações dos jornais, em forja rubra” (Brandão, 1998, p. 240), o jornalismo fez deste conflito a primeira grande guerra mediática (Dias, 2016, pp. 36 e ss.).

Curiosamente, numa crónica de redação da *Ilustração Portuguesa*, assinada por Augusto de Castro no começo da guerra, censurava-se que um “Jogo da Guerra” se tornasse o “novo jogo das famílias”, e espantava-se com o seu sucesso: “Em vez do jogo das damas, que fazia o delírio dos comendadores, pode agora qualquer pessoa, por uma insignificância, ter

12 Jornalista experiente e sempre adaptado às mudanças da profissão como da política, Paulo Osório (1882-1965) fora diretor do *Diário Ilustrado*, jornal regenerador liberal, e colaborador em periódicos informativos e culturais antes da I República, abandonando o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em troca de uma carreira nas letras.

13 Mais tarde, Lapas de Gusmão esteve também na frente europeia.

as trincheiras da Flandres na sua sala de jantar e tomar Paris e Calais” com a mesma facilidade que alguém “só numa noite invadiu a Grã-Bretanha por dois lados – e isto entre uma xícara de chá preto e um prato de torradas” (*Ilust. Portuguesa*, 1915 jan. 4: 1). Porém, foi a imprensa que de facto serviu todas as emoções da guerra durante meses, anos a fio, como se de um jogo se tratasse. Com tiragens em crescimento, *O Século* criou ainda, para acompanhar os acontecimentos em dose reforçada e esmiuçado interesse, a partir de 19 de setembro de 1914, uma especial “edição da noite” também servida diariamente como a edição matinal, cedendo, como identificou Pierre Bourdieu, “à submissão às necessidades do mercado e aos usos mercenários do editor puro” (Bourdieu, 1999, pp. 16-17). Importa lembrar que o jornalismo moderno nasceu com a dependência crescente dos meios de massas em relação aos imperativos comerciais, numa rutura radical com o jornalismo de tipo romântico e liberal anterior (Delporte 1999, pp. 44 e ss.), tornando-se um negócio. Tal processo foi clinicamente atestado por Alfred Harmsworth,

barão da imprensa inglesa da época: “You left journalism a profession and we have made it a branch of commerce” (Charle, 2001, p. 196; Williams, 2010, p. 126).

Aferindo, em breve relance, a adequação de *O Século* à guerra da informação, para além das manchetes em caixa alta numa constância e diversidade sinónima de alarde mediático¹⁴, podem auscultar-se as mudanças na estrutura do noticiário através do espaço ocupado na paginação: com o advento da “Guerra Europeia” em finais de 1914, não obstante variações diárias provocadas pelos acontecimentos, mais de um terço das colunas passou a ser ocupado pelos incidentes do conflito ou ele relacionado nos seus mais variados aspetos e pormenores, tanto em matéria de texto como em material fotográfico (ou outra iconografia), substituindo quase todo o jornalismo do quotidiano, inclusive o *fait-divers*, e reduzindo mesmo para menos de três páginas o espaço antes reservado aos

¹⁴ O empolgação noticioso criado pelas manchetes está expresso, com exemplos, no catálogo de exposição *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra. 1914-1918*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 160 ss. (ver Dias, 2016).

anúncios. Os jornais e os magazines promoveram, com ganhos, a apoteose da guerra, colocando o tema à mesa de cada um, carregado de expectativa, de emoção, de sentimento. E não faltou o recurso à ficção, no sentido literário – aquilo a que Mário de Almeida, um moço jornalista prematuramente desaparecido, então sarcasticamente chamou “A literatura da guerra”, como um “campo baldio” à espera de “passa[r]-lhe a charrua por cima” (*A Capital*, 1915 out. 15) e que designo por *ficções de guerra*.

Ficções de guerra

Com a chegada da guerra, também a *Ilustração Portuguesa*, magazine para uma elite culta, transfigurou de imediato o perfil do seu conteúdo em geral. Não pretendo aqui destacar sequer o facto de mais de metade das páginas desse semanário passarem a ser ocupadas com o tema da guerra, quer na frente africana em que o país esteve envolvido desde o início do conflito, quer na frente europeia em que a atenção mediática estava sobretudo focada. O destaque vai para o espaço

literário da revista através de colaborações que, ao invés dos jornais diários, com a sua habitual e muito popular secção de folhetim¹⁵, antes se fixaram em pequenas peças literárias, sobretudo pequenas crónicas de ficção ou contos que, no seu conjunto, funcionaram como folhetins da guerra em recorte literário.

Conforme a moda literária da época, predominavam até então entre nós os ambientes, temas ou evocações ao gosto neorromântico: por aqui, nada de inovações, quando o modernismo dava os primeiros passos, para escândalo dos gostos estabelecidos. Curiosamente, entre as primeiras evocações da guerra na *Ilustração Portuguesa* conta-se um poema de António Ferro, “Passo de marcha” (1915 jan. 4, p. 8), autor que, poucos meses após, veio a ser editor da revista *Orfeu* e, já

em plenos *anos vinte*, diretor literário desta *Ilustração Portuguesa*; e não fica igualmente sem referência o nome de Mário de Sá Carneiro que, em outubro do mesmo ano, ainda mal passada a estreia da primeira revista modernista portuguesa, assinou uma crónica sobre “A batalha do Marne” (1915 dez. 20, pp. 794-795). O texto de Sá Carneiro, longe de evocar, como episódio simbólico, a resistência militar francesa ao ímpeto alemão inicial que essa batalha representou, é uma impressão de pretensão viajante pelo campo de batalha – em que destaca, no meio de escombros, crateras e corpos, inesperadamente, um piano, de pé (que invoca a beleza imortal da arte) – num cenário que não presenciou, antes documentado, afinal, nas leituras diárias que corriam em Paris, onde estanciou nos últimos meses que antecederam o seu suicídio. Mas de modo idêntico, os textos narrativos reunidos na nova secção da revista são uma criação distante da realidade ou, melhor dizendo, à margem da realidade, numa figuração com efeitos de encenação que foram, aliás, também usados no universo da representação

plástica sobre o mesmo tema (fig. 3) a partir de reportagem escrita ou fotográfica¹⁶.

Não pode passar sem referência que, então, o texto jornalístico não atingira ainda uma clara autonomia de género, como está bem patente no trabalho realizado pelos repórteres especiais deslocados pelos principais jornais diários portugueses para a frente da guerra europeia. Em rigor, como já foi assinalado (Baptista, 2016), não se trata de reportagem de guerra, mas antes de literatura de viagem com impressões colhidas no quotidiano dos ambientes humanos e geográficos, por vezes com descrição breve de pequenos episódios fora do contexto direto da guerra, a paisagem, os caminhos, as crianças, as mulheres... Aliás, os jornalistas portugueses

15 Durante a primeira fase da guerra, até meados de 1916, *O Século* desdobrou, durante dias a fio, folhetins de obras traduzidas como “O ódio germânico”, de Jules Mary, a partir de 11 jul. 1915, e “Pátria”, de Lise Pascal, a partir de 24 out. 1915; seguiram-se-lhes ainda “Os vendilhões da pátria”, de Pierre Decourcelle, “Um herói”, de Paulo Segonzao, e “Romance da guerra: a guerrilha infernal”, de Gaston Leroux em 1916.

16 Exemplos de gravura artística de casos da guerra são as capas da *Ilustração Portuguesa* nas edições de 1 de novembro de 1915 e 1 de janeiro de 1917, executadas respetivamente por Stuart Carvalhais e Hipólito Collomb, com episódios navais intitolados, também respetivamente, “Um submarino alemão torpedeando o veleiro português “Douro”” e “O ataque do submarino alemão ao porto do Funchal”, a partir de material fotográfico recebido na redação em Lisboa ou simples relatos testemunhais.



— Quer então você um assunto para um conto de Natal?
— De Natal de guerra...
— Já se vê... Pois vou contar-lhe a minha noite de 25 de dezembro de 1914, que passei, como tantas outras noites d'esse triste inverno, enterrado n'uma trincheira, para os lados d'Arras.

E o meu amigo «poilu» contou-me então assim a sua noite de Natal:

— Eu tive sempre horror ás festas de família. Creio, de resto, que, dos quinze aos vinte e cinco, todos nós somos assim. A vida, a grande vida ao ar livre ou nos lugares onde a gente se diverte, parece-nos então digna de ser vivida e nós queremos vivê-la, alegremente. E' a idade das ilusões, a idade das loucuras, ilusões e loucuras que, mais tarde, nos fazem sorrir. Eu abominava pois esses dias solenes consagrados ao lar. O Natal amei-o enquanto ele vinha, á meia-noite, com as suas barbas brancas, descendo a chaminé do quarto onde eu dormia, encher a trasbordar de brinquedos os meus sapatos de creança. Certo ano, ele não veio, com grande surpresa minha, e, a partir d'aí, nunca mais voltou.

«Mas n'essa noite do primeiro inverno da guerra, não sei porquê, a palavra Natal, pronuciada por tantos dos meus camaradas de trincheira, fez uma grande impressão no meu espirito. Encontrei-lhe uma doçura que nunca lhe encontrara e, de ouvil-a, foi como se tivessem soado as trez pancadas de Molière para que, diante dos meus olhos encantados, comessem passando, como n'uma feeria ou como u'um sonho, não sei quantas doces, melancolicas, comovidas evocações.

«Quando, pouco depois da meia-noite, o meu turno de vigia começou, tudo em redor de nós estava calmo. A noite era clara; atravez das grossas nuvens do nordeste uma lua pálida de dezembro iluminava a espaços o campo da batalha.

A' nossa esquerda, uma aldeia em ruínas. Em frente e á direita, a perder de vista, um campo sem arvores onde a geada ao luar dava á relva revolta uma côr cinzenta d'aluminio. A dois passos de nós e, além, junto do sulco negro das trincheiras boches, viam-se as redes emaranhadas dos arames farpados.

«Ainda hoje sobre a Terra, milhões d'homens nos afirmam que, n'uma noite fria como aquela, sob um ceu do Oriente que a lenda nos diz carregado d'estrelas, a mulher d'um carpinteiro deu á luz um deus, que vinha crear n'este mundo, onde a miseria desgraçava os homens e o pecado acabava de perdê-los, um reino d'amor e de bondade. Os homens depois mataram-n'o, como era natural que succedesse, porque é da natureza humana esquecer as injurias mas nunca perdoar aos que nos fazem bem. E, perto de dois mil anos mais tarde, os mesmos homens, eternamente as mesmas feras, demoliam com obuzes os templos do mesmo deus.

«A historia d'esse deus e da sua passagem sobre a Terra, longe dos poderosos que ele desprezou, entre a côrte dos humildes que acabaram por trail-o, é um lindo conto que as creanças aprendem

Fig. 3 | Ficção de guerra narrativa, de Paulo Osório, em *Ilustração Portuguesa*

que foram “enviados especiais” raramente estiveram junto dos cenários de guerra, na “frente” propriamente dita, assistindo, quando muito, aos seus efeitos depois dos combates, uma vez adquirida autorização para se deslocarem (sem uniforme nem patente militar¹⁷) na retaguarda mais próxima do “front”, mas sem neste penetrar¹⁸;

17 Como jornalistas, Lapas de Gusmão e André Brun deixaram exemplos vivos de grande reportagem na frente, fruto porém do alistamento militar de ambos. O primeiro foi inicialmente expedicionário em Angola e Moçambique, depois no palco europeu, produzindo abundante noticiário como repórter de *O Século*; reuniu algumas das suas crónicas em livro, *A Guerra no Sertão (sul de Angola)*, de 1935. O segundo, combateu no cenário europeu e, in loco, escreveu reportagens sob pseudónimo de Capitão X, em forma de “Diário de campanha” na revista *Portugal na Guerra*, em 1917, outras enviadas para o jornal *A Capital*; compilou este material no livro intitulado *A Malta das Trincheiras. Migalhas da Grande Guerra*, de 1919, com sucessivas reedições até 1924, num total acumulado de 12 mil exemplares.

18 O diário *A Capital* destacou-se com o envio sucessivo de repórteres desde 1914, Hermano Neves (assinou um conjunto de “Cartas da guerra” dimanadas de Bordéus, de onde não foi autorizado a passar, e, meses mais tarde, umas “Crónicas de Paris”, sem sair da capital), Adelino Mendes (cuja reportagem compilou no livro *Cartas da Guerra*, em 1917) e, finalmente, Mário de Almeida (deslocado à pressa depois do desastre de La Lys, deixou um volume de “impressões da guerra” intitulado *O Clarão da Epopeia*,

as crónicas da “frente” são, na grande maioria, tiradas de uma retaguarda da frente.

Ora, as *ficções de guerra* de que aqui me ocupo caem fora do género jornalístico propriamente dito (ou dos seus tentames iniciais, paredes meias com a literatura), não obstante uma boa parte dos autores pertencerem ao mundo do jornalismo: trata-se aqui de pura ficção, no duplo sentido em que são textos de índole literária que, além do mais, abarcam situações e personagens inventadas a partir do clima sugerido pela guerra, sob o estímulo das emoções. O mercado desta literatura viu então surgir diversas obras de

de 1919, ao jeito das crónicas de ficção, de ambiente mundano, que o destacaram na época, como *Lisboa do Romantismo e A Cidade Formiga*). Quanto a *O Século*, que beneficiou de noticiário recolhido direta e profusamente pela sua agência na capital francesa, contou na frente europeia com reportagens de Lapas de Gusmão (reunidas no livro *Visão da Guerra*, de 1932), depois de mobilizado para França; e, fixados há anos em Paris, Almada Negreiros (pai) foi “repórter de guerra” com patente militar de tenente, cujas crónicas reuniu no livro *Portugal na Grande Guerra: crónicas dos campos de batalha*, em 1917, e Augusto de Castro, então em périplo por Espanha, Inglaterra e França como repórter, compilou crónicas no livro *Campo de Ruínas: impressões de guerra*, em 1918 (Baptista, 2016, pp. 66 e ss.).

ficção que exploraram os apetites do público sobre o tema, a exemplo do livro de Humberto Beça, *Sob a Metralha: episódios da guerra*, a partir das narrativas mediáticas, ou do jornalista Tito de Moraes que, à distância dos acontecimentos, escreveu crónicas e contos sugestivamente reunidas sob o título *Por um Óculo*.

Temas recorrentes e personagens inventadas

O *corpus* textual de que falo, num conjunto que não perfez quatro dezenas de textos, ocupou um arco cronológico que se estendeu durante ano e meio, embora em ritmo diferenciado: com regularidade semanal (como era a da revista), entre 1 de fevereiro e 12 de abril de 1915, com um total de 11 textos de ficção e uma média de 4 por mês; passou para um ritmo bissemanal (por vezes, raramente, semanal), de 3 de maio a 6 de dezembro do mesmo ano, num total de 14 textos, um dos quais desdobrado em dois números, a uma média mensal de 2 textos; já no ano de 1916, entre 7 de fevereiro e 28 de agosto, fora de qualquer ritmo regular, publicaram-se 10 textos, que



O ataque do submarino alemão ao porto do Funchal (Vê-se afundar perto da terra o vapor Inglês *Dacia* e afundados no primeiro plano o vapor *Kangaroo* e a canhoneira francesa *Surprise*.
(Desenho de Hippolite Collomb).

11 série—N.º 567

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA

Lisboa, 1 de Janeiro de 1917

Portugal, colonias portuguesas e Hespanha

Assinatura Trimestre, 1\$20 ctv. — Semestre, 2\$40 ctv. — Ano, 4\$80 ctv. —
Numero avulso, 10 centavos

Director — J. J. DA SILVA GRAÇA
Propriedade de J. J. DA SILVA GRAÇA Ltd.

Numero avulso em todo o Brazil, 600 réis — EDIÇÃO SEMANAL DO JORNAL "O SEculo" — Editor — JOSÉ JOUBERT CHAVES

Fig. 4 | Ficção de guerra ilustrada, de Hipólito Collomb, na capa de *Ilustração Portuguesa*

correspondem a pouco mais de 1 por mês; até ao final do mesmo ano, só voltou a surgir um conto na edição de 25 de dezembro, aliás encomendado pelo próprio diretor da revista, a quem foi dedicado (fig. 4)¹⁹. O decréscimo progressivo na publicação destes textos ocorreu em paralelo com a redução de páginas da revista, fruto do aumento dos custos de materiais relacionados com a produção tipográfica: um ano e meio depois de deflagrar a guerra, o preço do papel era 3 vezes superior (passou de 150 mil escudos a tonelada para 428) e o zinco para a impressão de imagens aumentou 4 vezes (de 255 mil por tonelada para 1.100 escudos²⁰). Porém, não foi este o fator decisivo para o rápido desaparecimento destas ficções de guerra.

A progressiva redução de interesse que veio a registar-se numa recriação ficcional da guerra (e na mobilização

emocional que lhe subjaz) derivou sobretudo, segundo penso, do crescente desinvestimento dos intelectuais portugueses num empenho a respeito da guerra, sobretudo a partir de meados de 1916, à vista do envio de contingentes portugueses para a frente francesa; mais ainda, a partir de fevereiro de 1917, à vista das condições em que a nossas tropas foram colocadas nas trincheiras. Aliás, a tentativa de uma mobilização dos “escritores, artistas e pensadores” para criar um movimento de apoio aos aliados e em defesa de uma participação portuguesa na frente europeia do conflito, antes impulsivada sobretudo por Jaime Cortesão e João de Deus em dois sucessivos e autónomos momentos, esteve longe de encontrar eco generalizado (Dias, 2016; 2017b)²¹; e, mesmo depois da declaração de guerra alemã ao nosso país, o envolvimento dos intelectuais

quedou-se, ainda assim, pelo meio jornalístico. E foi deste, salvo um ou outro autor à procura de um lugar nas letras (como Amélia Cardia, que assinou cinco textos com as iniciais “A. C.”²²), que partiu a iniciativa de ficcionar a guerra: jornalistas na sua maior parte (comungando embora esta atividade com a criação teatral, então na sua era dourada, ou com a novelística, sobretudo como contistas), deram lastro ao recorte literário que a prosa jornalística ainda evidenciava. Destacaram-se, neste caso, os jornalistas Lapas de Gusmão e Almada Negreiros, cada qual com um texto assinado, Eurico de Seabra, Jorge de Abreu e Vítor Mendes com dois textos cada um, Paulo Osório com quatro e João Grave que viu publicados doze²³.

Os textos, quanto ao seu conteúdo (tema, situações, meios), não demonstram particular interesse. O seu recorte a partir do referencial imediato tem o

19 Já como sequelas isoladas, podem referir-se uma crónica de Paulo Osório a propósito de uma suposta carta amorosa encontrada num táxi (*Ilust. Port.*, 1917 mar. 5, 193-194) e outra de António Almada Negreiros em jeito de reflexão sobre a guerra (*Ilust. Port.*, 1917 out. 15, 301-302).

20 “Aos nossos leitores”, *Ilustração Portuguesa* (1916 abr. 13, p. 466).

21 A questão foi ainda desenvolvida num contexto de história dos intelectuais na minha conferência *Da possibilidade ou impossibilidade, do sucesso ou insucesso da formação de um «movimento intelectual» de apoio à Guerra*, in Colóquio Internacional ‘Ninguém sabe que coisa quer’: *a Grande Guerra e a Crise dos Cânones Culturais Portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 29 de Junho de 2017.

22 Amélia Cardia (1855-1938), médica de profissão, incluiu estes contos no livro *Episódios de Guerra*, editado em 1918 ou 1919.

23 João Grave (1872-1934), romancista e jornalista, compilou textos no livro *Os Sacrificados: contos da guerra*, 1917, e reaproveitou ideias para o romance *O Mutilado*, 1919, a partir de um conto com o mesmo título.

claro propósito de alimentar o lastro ideológico do momento, através de uma encenação do ambiente geral em que a situação romanesca se insere; referencial que, ainda mais, se obtém de uma realidade distante, inobservada, isto é mediada pela informação noticiosa. Por vezes, esse referencial é explícito e passa quase por pura reportagem, de que é claro exemplo esta abertura do conto “Mudança de naturalidade”, de Amélia Cardia (*Ilust. Portug.*, 1915 mar. 29):

Dispondo de numerosas forças que formavam doze corpos do exército, os alemães procuravam romper ao longo da costa marítima até alcançar Ypres, no propósito de fazerem at a anexação da Bélgica; e, precipitando-se impetuosamente sobre os aliados, faziam uma ofensiva furiosa. Por sua parte, o exército francês, que sob o comando do general Urbal manobrava na Flandres ocidental, entre o Lys e o mar, recebendo constantes reforços enviados por Foch, encarregado então de coordenar as operações dos exércitos do norte, resistia vigorosamente e sustentava as suas posições em Dixmude e nas margens do Yser.

Em termos de registo estético, no conjunto destas *ficções de guerra*, estamos perante uma linguagem neoromântica, com exageros de imagens que atingem enredos palavrosos encadeados uns nos outros, como nesta descrição de uma noite densa dada por Eurico de Seabra²⁴, numa crónica de propaganda emotiva sugestivamente intitulada “Pela França” (*Ilust. Portug.*, 1915 jun. 7):

Vénus brilhava, límpida, como um diamante incrustado na concha do firmamento. Já a luz difusa, precursora da antemanhã, clareava brandamente, no remoto horizonte, dissolvendo os fulgores da via láctea.

Com maior interesse que as situações e os ambientes ficcionados (ou mesmo as estratégias narrativas), a criação de personagens conduz e mobiliza o tema da guerra através de uma verosimilhante humanidade; e são elas que dão especificidade a cada texto e diversidade aos temas,

²⁴ Eurico de Seabra (1871-1937), formado em direito, foi professor, funcionário superior durante a I República, ensaísta e jornalista.

criando, através das suas ações ou da sua inclusão na ação, o clima emocional esperado nos leitores. Todavia, a *invenção* dessas personagens não ultrapassa estereótipos do herói moral que se supera, pela resolução, pelo esforço, pelo sacrifício, pela glória, como exemplo de salvação pátria: eis os ingredientes do mercado das emoções criado pela propaganda mediática. A narrativa “Um grito de amor na guerra” (*Ilust. Portug.*, 1915 jul. 19), de João Grave, traduz o ideal de elevação sobre-humana dos heróis da guerra:

Não era já o heroísmo que animava os combatentes – era a loucura, a loucura transfiguradora e divina que fazia de cada soldado um semideus!

Finalmente, diante do cenário deixado no final da batalha, no terreno em que jaz o corpo de Henrique, personagem em fundo na mole de heróis sacrificados, um dos “correspondentes dos jornais [que] receberam, com impaciente curiosidade, autorização para visitarem os vastos campos de combate”, porventura o próprio autor

da narrativa, tem estas palavras de estranho arrebatamento:

– Maravilhoso certamente. E não há na nossa linguagem palavras com o poder, a vibração, o ritmo, o colorido com que exprimir perfeitamente o que foi o ato imperecível desses extraordinários soldados que se imolaram em holocausto à dignidade e à glória do seu país.

Histórias com moral, di-lo, aliás, Amélia Cardia, quando explicita a “moralidade do conto” inscrita no texto “Do diário dum soldado” (*Ilust. Portug.*, 1915 mar. 1). Na verdade, estas *ficções de guerra* têm um lugar próprio no clima moral gerado pela imprensa na primeira fase do conflito, e encontraram palavras para traduzir “o poder, a vibração, o ritmo, o colorido” do *espetáculo* que foi, ao final, contrariado pelos testemunhos e memórias dos combatentes que nele participaram.

Quando, no ocaso do aparecimento destas *ficções de guerra*, o jornalista Paulo Osório envia o seu último conto sobre um “Natal de guerra” (*Ilust. Portug.*, 1916 dez. 25), no lugar da

apoteose emocional sobre as virtudes heroicas presentes nos textos anteriores é o patético que se apossa de um velho soldado sem nome (apenas “o “poilu” meu amigo”, seu interlocutor): com a visão toldada pelo cansaço e pelo frio, pela saudade e pela nostalgia da paz, alucinado pelo ambiente dos combates, olha a poucos metros de si.

De repente vi, a umas dezenas de metros, uma forma negra rastejante. Levei a mão ao gatilho da espingarda. Afirmei-me melhor, com receio de provocar um falso alarme. Mas a forma negra avançava...

Vulto indistinto como espectro na noite:

O homem ergueu-se. Eu vi-o erguer-se. Ele caminhava a descoberto, resolutamente, para nós. [...] E um primeiro tiro partiu. Fechei os olhos um instante, para não ver. Mas, quando os abri, o homem dir-se-ia que parara, mas estava sempre lá, de pé, diante de mim. Atirei de novo, e uma vez e outra; outros tiros se ouviram, vindos da trincheira deles, talvez da nossa. O alemão continuava de

pé, a sua silhueta negra dir-se-ia mesmo ter crescido. E eu comecei a ter medo dela e a ter medo de mim.

Quando tomou consciência, ao raiar da manhã, “o poilu” viu que o espectro era afinal o corpo de um soldado, já cadáver, preso, quase de pé, nos arames farpados como um fantasma. Terminada a narrativa, conclui o próprio interlocutor para o jornalista:

Meta-lhe você um bocado de literatura e aí tem um assunto para um conto de Natal...

A guerra passou, então, para o plano do absurdo. A ideia de catástrofe veio finalmente ao de cima e, com ela, a sensação de impotência pela civilização e pela humanidade destruídas, sem fim à vista... Sintomático é que, em seqüela final, uma crônica de Paulo Osório tenha por título “Como a guerra vai longa!” (*Ilust. Portug.*, 1917 mar. 5). Aqui, trata-se já da saudade de um tempo perdido, que representa a carta amorosa de uma jovem ao seu namorado, encontrada no banco de um táxi pelo autor da crônica que não resiste a violar a correspondência e a

publicar o seu teor, no francês original (ainda ficcionado). Depois desta guerra inventada, foi o retorno, tanto deste autor como de outros, ao remanso de uma *portugalidade* rústica, honrada, tradicional que deu frutos, por longo tempo, como ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. (1927). *Boémia Jornalística (memórias dum profissional com 30 anos na fileira)*. Lisboa: Livr. Edit. Guimarães.
- ALVES, D. (2012). *A República Atrás do Balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da monarquia (1870-1910)*. Lisboa: Cosmos.
- BAPTISTA, C. (2016). Repórteres portugueses na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial. 1917-1918. In Dias, L. A. C. (Coord.). *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra. 1914-1918* (pp. 55-74). Catálogo de exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- BARROS, J. L. (2014). *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*. 2 vols. Tese de Doutoramento policop. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- BOURDIEU, P. (1999). Une révolution conservatrice dans l'édition. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (pp. 3-28). Paris, (mars 1999).
- Branco e Negro: semanário ilustrado*. Lisboa: António Maria Pereira, 1896-1898. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BrancoNegro/BrancoNegro.htm>
- BRANDÃO, R. (1998). *Memórias*. Ed. J. C. Seabra Pereira. Vol. I. Lisboa: Relógio d'Água Edit. [1ª ed., Porto: Renascença Portuguesa, 1919]
- CHARLE, C. (2004). *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris : Seuil.
- CHARLE, C. (2001). *Les Intellectuels en Europe au XIX^e Siècle*. Paris: Seuil.
- CRUZ, A. M. (2014). Lloyd Português, Companhia de Resseguros (1902-1926). In Faria, M. F; Mendes, J. A. (Coord.). *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX* (pp. 249-251). Vol. II. Lisboa: Universidade Autónoma.
- DELPORTE, C. (1999). *Les Journalistes en France (1880-1950)*. *Naissance et construction d'une profession*. Paris: Édit. du Seuil.
- DIAS, L. A. C. (2017b). A guerra nas letras. *O Mundo Derrubado. Jornal da exposição "Tudo se desmorona: impactos culturais da Grande Guerra em Portugal"*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 8-10.
- DIAS, L. A. C. (2017a). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In Gouveia, C. (Coord.). *Roque Gameiro na Imprensa* (pp. 7-17). Amadora: Casa Roque Gameiro.
- DIAS, L. A. C. (2016). Traição dos 'Intelectuais portugueses' in *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra. 1914-1918*. Catálogo de exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 17-42.
- DIAS, L. A. C. (2014b). Jornalismo moderno. In Rollo, M.F. et al. (Dir.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (pp. 539-541). Vol. II. Lisboa: Assembleia da República.
- DIAS, L. A. C. (2014a). *Imprensa e espaço público*, in Rollo, M.F. et al. (dir.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (pp. 370-373). Vol. II. Lisboa: Assembleia da República.

- FIGUEIREDO, C. (2011). *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- FIGUEIREDO, J. (1908). A casa do sr. J. J. da Silva Graça, *Arquitetura Portuguesa*, 1: 12 (dez. 1908). Lisboa, 45-47.
- GOUVEIA, C.; Dias, L.A.C. (2017). Roque Gameiro “a desenhar e a documentar graficamente”. In Gouveia, C. (Coord.). *Roque Gameiro na Imprensa* (pp. 19-42). Amadora: Casa Roque Gameiro.
- Ilustração Portuguesa*. Dir.: J. J. da Silva Graça. Lisboa: O Século, 1903-1924 [1914-1918]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>
- Mala da Europa*. Lisboa: [s.n.], 1894-1916
- MARQUES, H. (1935). *Memórias de um Editor*. Famacção: Tipog. Minerva.
- MARTINS, R. (1934?). Os grandes objetivos duma objetiva célebre. In Benoiel, J. *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa* (pp. 3-10). Fasc. 1. Lisboa: Bertrand e Filhos.
- MIRANDA, P. G. (2002). *As Origens da Imprensa de Massa em Portugal: o Diário de Notícias. 1864-1889*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.
- PEIXINHO, A. T.; DIAS, L. A. C. (2015). A cidade e os seus personagens na emergência de uma cultura de massas em Portugal. *Mediapolis*, 1 (1º sem. 2015), Coimbra: IUC, 91-105. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36941/1/A%20cidade%20e%20as%20suas%20personagens%20em%20fim%20de%20seculo.pdf>
- PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. (1912). *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico* [...]. Vol. VI. Lisboa: João Romano Torres.
- PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. (1906). *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico* [...]. Vol. II. Lisboa: João Romano Torres.
- PINTASSILGO, J. (2011). As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres. In Carvalho, M. M. C.; Pintassilgo, J. (Orgs.) *Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias Conectadas*. São Paulo: Edit. Universidade São Paulo. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8354>
- RAFAEL, G.; Santos, M. (1998-2002). *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RIBEIRO, L. (2011). *A Popularização da Cultura Republicana. 1881-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- TELES, B. (1914). *A Guerra (Notas e Dúvidas)*. Porto: Livraria Chardron.
- TENGARRINHA, J. (1989). *História da Imprensa Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Edit. Caminho.
- WILLIAMS, K. (2010). *Read All About It! A History of the British Newspaper*. Londres / Nova Iorque: Routledge.